

Um campo de batalha abandonado: a incômoda memória da literatura colonial portuguesa*

Inocência Mata** 

Mário César Lugarinho† 

O solo conceitual sobre o qual propomos o nosso percurso pode ser considerado pela atividade crítica, nesses tempos em que prevalece o instrumental teórico dos estudos pós-coloniais, desusado e, até abandonado, mas discussões diversas colocam (-nos) a necessidade das histórias literárias em suspenso. No famoso *A história da literatura como provocação à teoria literária*, Hans Robert Jauss (1994 [1967]), responsável por alertar acerca do declínio e do conseqüente abandono dos pressupostos disciplinares da história da literatura, reconhecia, na década de 1960, que:

Em nossa vida intelectual contemporânea, a história da literatura, em sua forma tradicional, vive tão-somente uma existência nada mais que miserável, tendo se preservado apenas na qualidade de uma exigência caduca do regulamento dos exames oficiais (JAUSS, 1994, p. 5).

Talvez pela emergência do formalismo russo e, depois, do estruturalismo, a história literária tenha sido posta em xeque, seja pela crítica à tradição do recurso, então usual, a elementos não-literários para a compreensão do literário, seja por efetivamente estabelecer uma correlação não sistêmica a um contexto que escapava à imanência do texto, seja pela atenção metodológica à sincronia. O pós-estruturalismo, de maneira geral, não teria sido diferente ao deslegitimar a história literária na medida em que nela encontrava ecos do historicismo do século XIX que, a partir da sequenciação de “fatos literários”, apenas evidenciava o sentido diretor de um tempo e de um lugar de enunciação. À exceção de Jauss e de seus seguidores, não houve movimento disseminado no Ocidente que reabilitasse a história literária ou que a viesse reconfigurar sob novas e outras perspectivas que não aquelas ditadas pelos procedimentos da diacronia ou dos modelos historicistas do século XIX.

* Esse estudo é resultado de investigação realizada no âmbito do grupo de investigação CIT-COM (*Citizenship, Critical Cosmopolitanism, Modernity/ies, (Post)Colonialism*), projeto “*Memorialist Discourses and the building of History*”, sediado no Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa e do projeto de pesquisa “A Literatura Colonial Portuguesa na construção memorialística do Império (1926-1974): uma memória incômoda dos sistemas literários africanos”, realizado entre outubro de 2019 e março de 2020, no CEC-FLUL.

** Doutora em Letras, com pós-doutorado em *Postcolonial Studies, Identity, Ethnicity, and Globalization* e professora na Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: mata.inocencia@gmail.com.

† Doutor em Letras, com pós-doutorado em Estudos Comparatistas e professor da Universidade de São Paulo e professor visitante sênior na Universidade de Lisboa. E-mail: lugarinho@usp.br.

A falência da história da literatura parece ter sido anunciada já nos momentos finais do formalismo russo, tendo em vista que em “Da evolução literária”, datado de 1927, Yuri Tynianov (1979) reconheceu essa por considerá-la um “território colonial”, que recorreria a sentidos exteriores (p. 105) e conformava uma perspectiva historiográfica que não atendia às exigências específicas do objeto literário (sempre mutável e dinâmico). Tynianov, por isso, recorreu ao conceito de sistema literário em substituição ao de história literária, na medida em que reconheceu a noção de “evolução literária”, dada pelo movimento de substituição de sistemas literários (TYNIANOV, 1979, p. 107). Como sistema, a literatura poderia ser percebida sob um dinamismo crescente que alterna, substitui, apaga, recupera e modifica seus objetos de acordo com as relações que mantém com outros sistemas. Tynianov, como se sabe, ainda propôs o conceito de série literária, um conjunto ordenado de obras que se constitui a partir da aproximação possível existente entre elas, atravessando tempos e espaços, sem que nenhum deles seja determinante. É a partir desse sentido, que se compreende como a literatura comparada veio a se refundar e a ganhar relevo ao longo do século XX, eliminando os obstáculos constituídos pelas fronteiras das literaturas nacionais (sem, no entanto, as apagar) e pelas hierarquias formuladas pela temporalidade e pela originalidade.

Quando, hoje, referimo-nos a uma “história literária” reportamo-nos apenas a um conjunto discursivo que se organiza artificialmente a partir de alguma característica comum, que pode ir do histórico ao literário, mas que não pretende, de nenhuma maneira, estabelecer um nexo de causalidade, ordenando o tempo ou o espaço – com isso, permanece a concepção de “sistema”, que a torna (a “história literária”) dinâmica e móvel. Não podemos esquecer que os estudos que aproximaram a crítica literária ocidental do formalismo russo apenas entraram em circulação durante a década de 1960 e, nessa altura, uma revisão dos princípios disciplinares da História da Literatura, com a predominância na crítica do estruturalismo francês, não era tarefa urgente e, por isso, foi adiada, quiçá abandonada. Talvez, por isso, a famosa conferência de Jauss tenha permanecido como alerta a quem, mais tarde, se voltasse para a revisão da disciplina e aos seus pressupostos. Assim, o mérito, segundo Heidrun K. Olinto, da provocação de Jauss teria sido estimular:

A desconfiança diante de propostas explicativas clássicas de uma história sintética, universalista e totalizante, enquanto encadeamento cumulativo unilinear representável por uma estrutura narrativa, e de uma história da literatura até então identificada a partir do repertório de obras e autores enfileirados cronologicamente em uma utopia progressista, legitimada, de certo modo, pela suposição da existência de estilos e épocas algo homogêneas. (OLINTO, 2002, p. 41).

Paulo Franchetti (2002) reconheceu ainda que, mais contemporaneamente, o desenvolvimento dos estudos culturais e, acrescentamos, dos estudos pós-coloniais, ativou um “ensaio” de retorno à história literária, na medida em que se abandonava o primado do “fato literário” e, conseqüentemente, do cânone, para se verifi-

car e produzir a sua corrosão e redefinição a partir de elementos outros que também o constituíam. A questão complexifica-se se citarmos as investidas vigorosas dos estudos de gênero e estudos feministas que a relativizam ao denunciarem-na como a história da “declinação” masculina e, com isso, induzirem a sua reconstrução sob outras perspectivas identitárias. Esse “retorno”, segundo o próprio Franchetti, traduz-se mais pela recorrência à “história” e ao “literário” do que propriamente aos desígnios disciplinares da própria história literária, ou seja, os princípios ordenadores da historiografia literária pouco ou nada são colocados em suspenso ou relativizados – o que, afinal, resulta numa mera alteração de agentes, não numa significativa modificação disciplinar e epistemológica.

Chegamos ao século XXI com um quadro que demonstra um estilhaçamento de perspectivas e conceitos que impedem a conformação de uma unidade disciplinar, sem roteiros e modelos. E, apesar do abandono da disciplina, permanece a força sugestiva da expressão *história literária*, que se manifesta fantasmagoricamente quando se recorre ao estudo do processo evolutivo da literatura. Muitas vezes, ainda o uso de “sistema literário” ocorre como eufemismo para *história literária*, levando a uma mera atualização do significante, sem alteração das perspectivas ditadas tanto pela tradição literária ou por sua crítica. Por isso, certamente, o próprio conceito de sistema literário esteja em desuso e não receba a devida consideração como alicerce epistemológico para o estudo crítico de obras abrigadas num mesmo conjunto.

No entanto, Itamar Even-Zohar (2017, [1979]) apresentou reflexão suficientemente vigorosa para uma revisão disciplinar, antecedendo alguns investigadores que, na década seguinte, tendo em vista as profundas alterações operadas no interior da história e dos estudos historiográficos, além do estímulo da provocação de Jauss, buscaram rever os pressupostos metodológicos e epistemológicos, da história da literatura. Sua contribuição pode ser considerada, desde Jauss, a mais significativa à discussão na medida em que, partindo da proposição inaugural de Tynianov, reconfigurou a perspectiva do estudioso russo como uma rede interativa, na qual sistemas literários interagem dinamicamente entre si, produzindo o processo evolutivo. Ao aprofundar as relações concomitantes dos sistemas literários entre si e destes com os sistemas sociais, propôs o polissistema:

O seu objetivo é explicitar uma concepção do sistema como algo dinâmico e heterogêneo, em oposição à abordagem sincrônica. Desta forma, enfatiza a multiplicidade de interseções e, a partir disso, a maior complexidade na estruturação que isso implica. Ressalta também que, para um sistema funcionar, não é necessário postular a sua uniformidade. Uma vez reconhecida a natureza histórica de um sistema (um grande mérito na construção de modelos mais próximos do “mundo real”), evita-se a transformação de objetos históricos em eventos a-históricos sem coesão entre si (EVEN-ZOHAR, 2017, p. 10).

A teoria dos polissistemas culturais (e, conseqüentemente, literários) reconsidera a historicidade de seus objetos constituindo-se numa perspectiva diacrônica e dinâmica, por reconhecer a capacidade de seus objetos poderem participar de múltiplos sistemas móveis no tempo e no espaço. Se considerada como pressuposto da história literária, reabilita-a ao reintroduzir elementos extratextuais na configuração e descrição dos seus sistemas¹. Nesse sentido, oferece suporte metodológico e epistemológico aos mais diversos estudos (de gênero, pós-coloniais, queer, culturais etc.) por suprir a carência de perspectivas explícitas e oriundas da Teoria Literária que subjazem, de forma não explícita, em suas considerações.

Uma provocação às literaturas africanas de língua portuguesa

Os estudos literários no Brasil, constituídos a partir da contribuição incontornável de Antonio Candido e a *Formação da Literatura Brasileira*, considerou *ad nauseam* o conceito de sistema literário. Como se sabe, Candido deixou de lado as formulações tradicionais das histórias da literatura brasileira que se propunham a elencar autores e obras, circunstanciados a uma história e a uma escola literária e a pressupostos não-literários. Candido procurava princípios organizadores, vetores que ordenassem a produção nacional. O conceito de sistema literário, buscado, como bem aponta Luiz Costa Lima (1991), da antropologia funcional, deriva do conceito de sistema social, levando a constituir uma sinonímia com o conceito de sistema literário nacional e, por isso, produzir uma correlação entre os conceitos de sistema e formação literários. Dessa discussão, Anita Moraes concluiu que “entra em cena a ‘consciência nacional’ como decisiva na consolidação do sistema literário” (MORAES, 2010, p.70), o que a leva a considerar que, a partir da “formação”:

o conceito de “sistema literário nacional” como formulado por Candido aponta para uma especificidade de certas literaturas. Em países cuja identidade nacional é problemática, dada a experiência colonial e seus desdobramentos, a literatura tenderia a adquirir uma função precisa: a de contribuir para a formação dessa identidade. Se lembrarmos que Candido, em “A literatura e a vida social”, sugere ser necessário notar as relações entre literatura e sociedade de maneira dinâmica, podemos considerar que a literatura tanto se vê condicionada pela construção social de uma identidade nacional como atua nessa construção (MORAES, 2010: 71).

¹ O campo dos estudos de gênero, por exemplo, pode rever a declinação masculina da história literária sob aspectos mais alargados do que o primado da autoria e perceber a manutenção (ou superação) de modelos criados em sistemas extraliterários que interferiram (e interferem) no sistema literário, como os movimentos sociais feministas ou LGBTQIA+. De igual maneira, os estudos das literaturas afrodescendentes avança para além do reconhecimento da autoria racializada, por apontar pontos de contato (ou ruptura) em obras e conjuntos de obras que tanto evidenciam a questão racial, quanto dão representatividade à cultura ou a personagens afrodescendentes, em viés diacrônico, descrevendo uma “evolução” literária em contraste com a evolução da “vida social”.

Seguramente, a emergência de literaturas de nações colonizadas e de periferias levou à instituição de novos problemas para a validade e atualidade das histórias literárias². Consideradas em relação às literaturas das nações centrais ou mesmo braços da história literária das metrópoles, as histórias literárias dessas nações precisaram recorrer a artifícios conceituais e disciplinares que justificassem a sua autonomia e independência. Chamamos de “artifício” conceitual e disciplinar, recursos narrativos, próprios da historiografia literária, que privilegiam a ruptura em detrimento da continuidade, a autonomia em detrimento da solidariedade, a originalidade em detrimento da interpretação ou mesmo da apropriação.

A conclusão de Moraes aponta a uma superposição de conceitos que se tornaram operativos na medida em que convergiam para a autonomização das literaturas nacionais. Apesar de reconhecer, ao lado de Rita Chaves (1999) e Benjamin Abdala Junior (1989), o confronto com o colonialismo como traço fundamental para a autonomia de literaturas periféricas, Moraes não leva em consideração, como Chaves e Abdala Junior, que esse confronto fica submetido a uma ordem de negação dos contatos e das tensões existentes e evidentes entre o que possa ser considerado periférico e o que possa ser considerado central, entre o anticolonial e o colonial. Nesse sentido, ficariam invalidados típicos procedimentos literários tais como a citação, a apropriação, a paráfrase ou a paródia, como observaram Tynianov (1979) e Bakhtin (2013).

Itamar Even-Zohar (2017), ao se debruçar sobre o conceito de sistema, como dissemos, abriu novas perspectivas para os estudos literários na medida em que atualizou e alargou a contribuição de Tynianov, tendo em vista o processo histórico do colonialismo e da descolonização operado ao longo do século XX. O termo “polisistema” enfatiza a multiplicidade de interseções e, para que um sistema funcione, não é necessário postular sua uniformidade (2017, p. 11). Com isso, os estudos literários são impedidos de considerarem seus objetos como fenômenos ahistóricos e desconectados entre si. Além disso, o “funcionamento” do polissistema elimina a compreensão de que exista(m) centro(s) fixo(s) em torno do qual a periferia se instala porque a mobilidade dos elementos que compõem o polissistema põe em

² Cabe assinalar a contribuição do crítico angolano Luís Kandjimbo (2019) ao destacar que: “Estamos, portanto, a falar da história literária de uma ‘comunidade imaginada’, cuja autonomia política enquanto Estado-nação é recente. A relevância desta observação tem a sua justificação no facto de para alguns investigadores, teóricos e críticos, a história literária dever ser liminarmente rejeitada devido às suas inevitáveis conotações com o positivismo e o historicismo. Apesar da vitalidade e da resistência que se lhe reconhece, os estudos literários africanos reforçam o vigor da história literária no contexto das chamadas literaturas nacionais do continente africano. Contrariamente ao que acontece com o leitor do Ocidente, a grande maioria dos potenciais leitores africanos não dispõe de jornais, rádios ou televisores. A ‘comunidade imaginada’ de que fala Benedict Anderson, só pode ser formada pela escola. Nela está a garantia da reprodução cultural. Sabe-se, aliás, que a literatura funciona como “destacado agente de coesão sociocultural” e da construção da nação. É fundamentalmente por estas razões que damos importância à reflexão sobre a história literária” (KANDJIMBO, 2019, p. 95-96).

causa conceitos que se cristalizaram na tradição crítica, como originalidade, ineditismo, cânone, margem, centro e periferia:

Um polissistema, entretanto, não deve ser pensado em termos de um único centro e uma única periferia, uma vez que teoricamente se supõe várias destas posições. Um movimento pode ocorrer, por exemplo, em que uma determinada unidade (elemento, função) é transferida da periferia de um sistema para a periferia do sistema adjacente dentro do mesmo polissistema e, nesse caso, poderá continuar a se mover, ou não, para o centro do segundo (EVEN-ZOHAR, 2017, p. 13).

O polissistema literário passa a oferecer suporte à compreensão de fenômenos pouco observados, dada a sua complexidade intrínseca quando percebidos participando de sistemas diversos³. É preciso, por isso, partir da premissa de que a literatura portuguesa e as literaturas africanas de língua portuguesa, durante um tempo, pelo menos, funcionaram como polissistema articulado em disputas, confrontos e apropriações mútuas que redundaram em narrativas historiográficas que, pelo lado português, eliminaram a memória da produção literária colonial e, pelo lado dos países africanos, enfatizou a originalidade, o ineditismo e a autonomia das literaturas nacionais – quaisquer esforços solidários, recorrendo a Abdala Junior (1989), ou de reconhecimento de uma interseção são abandonados. Para compreendermos essa elisão é preciso compreendermos a construção dos parâmetros que orientaram esse discurso crítico, definido sobretudo por perspectivas histórico-políticas e metodológicas.

A história literária no Brasil como modelo e problema

Não raramente o modelo a que normalmente os estudiosos das literaturas africanas recorrem, por ser o exemplo mais de acordo com a “mitologia” da língua portuguesa (e não necessariamente por ser o mais próximo), é o caso da literatura brasileira. No Brasil, as principais histórias literárias se ocuparam, desde o ensaio de Gonçalves de Magalhães (1836) e o projeto apresentado por Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1841)⁴, a esboçar um panorama seriado da produção literária, através de uma perspectiva histórica e historiográfica, vindo a expressar um princípio original de identidade e nacionalidade de um país ainda em construção. Desde Gonçalves de Magalhães (1836) e Sousa e Silva (1841) até Alfredo Bosi (1975), o princípio, mesmo modalizado, se manteve. Mesmo quando se apostava que outros sentidos poderiam se sobrepor ao critério da nacionalidade (aspectos

³ Referimo-nos especificamente ao nosso objeto de atenção, obras que figuram na literatura colonial portuguesa ao mesmo tempo em que foram fixadas pelas literaturas nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

⁴ Ver “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil” (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1836) e *Bosquejo da História da poesia brasileira* (SOUSA E SILVA, 1841).

socioeconômicos, estético-literários, estilísticos-formais), a singularidade pretendida levantava fronteiras históricas, culturais e ideológicas, rechaçando possibilidades de trânsitos e interferências de elementos exteriores ao sistema⁵, como as tensões provocadas pela já citada crítica feminista e por outras perspectivas identitárias que não apenas problematizaram, mas efetivamente corroeram o formato tradicional dessa historiografia flagrantemente seletiva e, portanto, excludente.

É por causa dessa contaminação, a que os estudiosos africanos não estão imunes, que parte da crítica das literaturas africanas leva em consideração os modelos brasileiros de historiografia literária, sem colocar em perspectiva que as histórias literárias daqueles países ainda estão por se construir ou se fixarem. Ou, ainda, serem estabelecidas a partir de elementos bastante diversos daqueles que constituíram a tradição historiográfica brasileira – o que nem sempre funciona para a validação da compreensão dos sistemas literários africanos. Como pressuposto, a historiografia literária brasileira induz à constituição de identidades nacionais homogêneas e orgânicas, deixando-se de notar que a emergência das literaturas nacionais dos países africanos de língua portuguesa se deu em condições bastante diversas, a partir das quais os elementos que orientam e orientaram a historiografia literária brasileira de forma alguma podem ser transplantados de maneira imediata e objetiva.

Um exemplo dessa diferença a nível epistemológico (e não apenas teórico ou ideológico), é precisamente o que se refere à conceituação de literatura colonial que representa, apenas, um capítulo da literatura brasileira, muitas vezes posto à parte, apesar de relativamente distante e, porém, longo, com fronteiras entre a colônia e a metrópole, às vezes precisas (como acontece com a obra de Gregório de Matos ou Cláudio Manoel da Costa), às vezes imprecisas (como acontece com as obras do P^o. António Vieira e Thomaz António Gonzaga) ou questionáveis sob quaisquer aspectos (como a de Basílio da Gama). No entanto, para as literaturas dos países africanos, que se formaram sob o signo de conflitualidade e que, por isso, a literatura colonial se constitui como discurso a ser desconstruído, a proximidade temporal faz perceber que as continuidades e as discontinuidades literárias são mais complexas, exatamente porque o que podemos considerar “zonas de sombra” podem ser mais extensas e não serem unânimes entre os críticos (como são os casos de Tomás Vieira da Cruz, em Angola; Manuel Ferreira, em Cabo Verde; Fausto Duarte na Guiné-Bissau; Rodrigues Júnior, em Moçambique; ou Fernando Reis, em São Tomé e Príncipe).

Neste caso, a condição colonial, superada, e a pós-colonial, em desenvolvimento, obriga a uma dupla observação: a permanência de recursos e procedimentos e a fra-

⁵ Tynianov já alertara nesse sentido, no referido “Da evolução literária”, ao afirmar: “O sistema da série literária é antes de tudo um sistema das funções da série literária, que se encontra em constante correlação com as séries vizinhas. A série muda de componentes, mas a diferenciação das atividades humanas permanece” (1973, p. 113). A compreensão levada a efeito pela crítica brasileira parece ignorar esse alerta e, por isso, ao transpor o modelo brasileiro para as literaturas africanas apaga as condições contraditórias, ressaltando apenas o vetor do anticolonialismo.

tura com esses mesmos recursos e procedimentos, operadas pelas obras que constituem os sistemas literários colonial e nacional. Por isso, nos casos dos sistemas literários africanos, caracterizar nacionalmente um sistema não significa abolir a possibilidade das formas, recursos e procedimentos literários operarem trânsitos espaciais e temporais numa constante ação problematizadora, que, ao invés de induzir a um sentido homogeneizador, demonstra o que Even-Zohar denominou de “lei de proliferação”, a convergência e a dispersão de sentidos diversos num polissistema dinâmico (EVEN-ZOHAR, 2017, p. 26).

O colonialismo como polissistema

No que tange à compreensão do fenômeno da literatura colonial, a teoria do polissistema de Even-Zohar oferece uma contribuição inestimável. O polissistema depende dos vários sentidos que atravessam a produção de objetos culturais, desde o mero recurso linguístico (referente ao destinatário e/ou à comunidade de leitores), até a interferência de instâncias sociais (como as elites econômicas e/ou culturais) e políticas (censura oficial, agremiações partidárias, acadêmicas e/ou religiosas), que estabelecem hierarquias entre os sistemas ou conferem certificação de reconhecimento a um único sistema, invalidando outros. A univocidade do sistema fica garantida por essas instâncias que exercem algum poder de fato sobre os meios de circulação de obras. Entretanto, o polissistema não é prejudicado, mesmo que haja uma intervenção deliberada do poder (censura, justiça, economia).

O polissistema se mantém, mesmo que esteja em vias de “fossilização”, quando ocorre uma canonização excludente de parcelas do sistema (EVEN-ZOHAR, 2017, p.9). Para Even-Zohar, cânone, centro, margem e periferia se apresentam como lugares construídos a partir de uma perspectiva sincrônica que não leva em consideração as trocas entre sistemas. Dessa maneira, a literatura colonial, a literatura portuguesa e as literaturas africanas de língua portuguesa podem ser percebidas num polissistema em que as interseções passam a serem maiores do que aquelas que costumeiramente são observadas, estendendo-se aos procedimentos, às temáticas, às estruturas e seus elementos constitutivos, ao ritmo ou, ainda, à competência verbal em suas inúmeras e infinitas possibilidades, como o uso de figuras de linguagem, (re) criação de estilo ou, mesmo, de gênero literário.

Entretanto, e ao contrário do que parece, o polissistema não constitui uma continuidade entre sistemas diversos, mas a percepção da interseccionalidade em movimento contínuo de aproximação e afastamento entre os sistemas. A interseção, rejeitada ou relegada a segundo plano pela história literária ou pela descrição do sistema literário nacional, passa a ser o *leitmotiv* do movimento que garante a manutenção não apenas do polissistema, mas também dos sistemas em si, que escapam, assim, à “fossilização”.

Nessa perspectiva, as obras e autores que são instalados no espaço interseccional garantem não apenas a troca, mas a proliferação de sentidos que o sistema, quando fechado, é incapaz de prever. Por exemplo, a representação da vila de Ca-

maxilo, espaço privilegiado por Castro Soromenho em sua trilogia (*Terra morta*, 1949; *Viragem*, 1957; *A chaga*, 1972), além de dar contas das condições miseráveis da sobrevivência no interior de Angola, tanto a colonos, quanto aos naturais da terra, atende aos pré-requisitos do Neo-Realismo português, movimento cujo fim cronológico, a crítica portuguesa reconhece na publicação de *O delfim* (1969), de José Cardoso Pires, ignorando *A chaga* (1972). Além disso, a trilogia é deslocada integralmente para a literatura angolana, ao passo que as suas obras anteriores são ou esquecidas ou colocadas no lugar estanque da literatura colonial. Se a trilogia fecunda a literatura angolana, com a sua crítica contundente ao colonialismo, porque, pelo mesmo motivo, deixa de ser requerida pela literatura portuguesa? Ou será que a crítica ao colonialismo seria exclusiva a outros autores com obras posteriores? Sob a perspectiva do polissistema, Castro Soromenho além de emergir nessa condição interseccional, contribui tanto para o desenvolvimento da literatura angolana (como nas primeiras obras de Luandino Vieira ou Arnaldo Santos), como na continuidade e superação de Alves Redol e uma antevisão da obra de Cardoso Pires ou de José Saramago (especificamente em *Levantado do chão*, 1979).

A condição interseccional de Castro Soromenho passa a corroborar o famoso postulado de Edward Saïd (1995), de que o colonialismo envolve tanto as colônias, quanto a metrópole. Nesse caso, o colonialismo deixa de ser tratado como problema concernente unicamente às colônias, mas também passa a interferir na literatura da metrópole. O colonialismo e seus desdobramentos passam a constituir um polissistema que se espalha por várias comunidades, tanto nacionais quanto linguísticas.

Vale assinalar o estudo de Elias Feijó (2014) que examinou a *História da Literatura Portuguesa*, de António José Saraiva e Oscar Lopes, em sucessivas edições (1955, 1970, 1975, 1979, 1985, 1996). Associamos esse estudo à teoria do polissistema na medida em que o crítico problematiza as formas com que esses autores caracterizaram a literatura portuguesa e as literaturas constituídas em outros sistemas em que a língua portuguesa era (e é) traço distintivo. Feijó observou que, em seus prefácios, os autores demonstravam a preocupação de delimitar o que chamavam de “literatura portuguesa”, no entanto, segundo o crítico, Saraiva e Lopes apresentariam, já na primeira edição (e que seria mantida até a edição de 1970), uma reflexão inconsistente, ao vincularem produção literária e nacionalidade:

Aludindo à relação entre “Literatura e nacionalidade”, definem, como “universalmente adoptado” ser a literatura nacional a escrita na língua nacional por autores considerados nacionais; nesta sequência, Lopes e Saraiva anotam que “quando duas nacionalidades bem caracterizadas e com centro político e cultural próprios falam uma mesma língua, admite-se a existência de duas literaturas de língua comum”; e que, “quando, por outro lado, em dado território nacional se fala e escreve mais de uma língua, admitem-se tantas literaturas quantas as línguas em que se escrevem obras literárias” (FEIJÓ, 2014, p. 75).

A partir daí, contrapôs a reivindicação, de Saraiva e Lopes, da literatura medieval escrita em galego, ao afastamento da literatura brasileira, por considerarem as circunstâncias histórico-políticas a partir da independência (1822). Se, no primeiro caso, a proximidade linguística justifica a reivindicação, por outro, no caso brasileiro, o distanciamento político (evidência extra literária, portanto), justifica o afastamento, “apesar doutras balizas, de ligações e tradições, que *poderiam* ser invocadas” (FEIJÓ, 2014, p.76). A inconsistência de fato, segundo Feijó, reside na ausência de uma perspectiva comum à produção vinculada a outras nacionalidades. Apesar das alusões às literaturas brasileira e galega desaparecerem a partir da edição de 1970 (a literatura galego-portuguesa torna-se premissa não questionada), o caso brasileiro continuará a ser referido, por considerarem-no modelo para tratarem das produções literárias manifestadas nos territórios ultramarinos/nacionais africanos.

A partir da edição de 1970, ainda segundo Feijó, a seção “Literatura e nacionalidade” sofrerá uma modificação substancial ao ser substituída pelo título “Literatura, cultura, nacionalidade” e concluir que nem sempre o critério linguístico está adequado ao critério político e que, por isso, tendo em vista o caso brasileiro, mesmo que considerassem a obra de Gonçalves Crespo (1846-1883), melhor seria afastá-la dos estudos da literatura portuguesa. A inconsistência apontada por Feijó não seria relevante, visto que a perspectiva de Lopes e Saraiva pode ser aproximada da perspectiva de Candido, não fossem as menções sucessivas à produção originada nos territórios ultramarinos/nacionais. De maneira ambígua e tensa, Lopes e Saraiva transitam do silêncio à euforia, desde a edição de 1970, quando passam a delimitar com maior atenção às emergentes literaturas do “ultramar” (as nações africanas) e a literatura portuguesa.

Para Feijó, o critério fundamental é o político, ou seja, desde as guerras então em curso, em 1970, até às independências, 1973 e 1975. Ou seja, a compreensão dessa história da literatura portuguesa e das histórias das literaturas africanas de língua portuguesa emana de um critério unicamente político, não importando quaisquer tensões que possibilitem a verificação de continuidades e descontinuidades no campo literário. Curiosamente, a partir do que é apontado por Feijó, nas edições anteriores a 1970, as continuidades e/ou descontinuidades não parecem constituir problema para a homogeneidade, unidade e estabilidade da literatura portuguesa. Oras, essa perspectiva, seguida por sua claudicação, conflui para a colonialidade dos sistemas, quando vistos em sua univocidade. Ou seja, quando tomado como um sistema único, é válido requerer a literatura de outras nacionalidades (a galega e a brasileira), ou é válido eliminá-las, para reconhecer a emergência de obras como a de Castro Soromenho, ou, mais, reconhecê-las em processo de autonomia, após 1975.

Estamos, assim, diante de um fato questionável, se nos apoiarmos no modelo crítico brasileiro, baseado em Antonio Candido, a literatura colonial portuguesa é manifestação exótica e exógena às literaturas nacionais dos países africanos; se buscarmos apoio no modelo português, estaremos submetidos a perspectivas co-

lonialistas que ignoram a capacidade de autonomia literária anteriores às guerras de libertação e independência política. A ruptura política, no entanto, deve ser considerada como marco de um processo mais longo que se substancializa na descolonização – isto é, a autonomia literária se dá ao mesmo tempo em que se inicia os procedimentos inerentes à descolonização, que podem se dar bem antes de quaisquer movimentos emancipatórios (KANDJIMBO, 2019).

A descrição e o funcionamento do polissistema parece vir ao nosso socorro na medida em que vamos perceber o “trânsito” entre sistemas, empreendido por essas obras, como movimento intrínseco e próprio não apenas dos sistemas coloniais, em específico, mas de toda a produção literária. Os sistemas literários podem se constituir a partir dos critérios linguísticos, regionais ou nacionais, mas acabam por se relacionar num polissistema que será tão amplo quanto for a capacidade de observação do crítico ou do leitor, quanto maior for o repertório e competências requeridos pela obra (ECO, 1993; EVEN-ZOHAR, 2017).

Um campo de batalha abandonado

É sabido que os estudos das literaturas africanas em português ainda se ressentem da ausência de obras de síntese, trabalho sistematizador e abrangente, que demarque as suas origens, o seu desenvolvimento e a sua contemporaneidade. À parte os esforços de síntese de Manuel Ferreira (1975) e Pires Laranjeira (1995), de Mário António de Oliveira Fernandes (1987), de Inocência Mata (1993, 2010), Orlando de Albuquerque e José Ferraz Mota (1998) e Moema Parente Augel (2006), julgamos não haver propriamente obra que tenha arriscado ostentar o título de *História da Literatura de* Com efeito, o que esses estudiosos propõem são estudos “moduláveis” que têm em consideração trocas culturais levadas a cabo pela condição colonial e pós-colonial dessas nações⁶.

No seu artigo “Literatura colonial em Moçambique: o paradigma submerso” (1999), Francisco Noa alertava para a premência do exame de um material descon siderado e que, segundo ele, necessário para a compreensão da emergência da literatura nacional, no caso, moçambicana – como também fizera Inocência Mata (1993; 2001). Isso porque se a literatura colonial era um sistema autônomo criado por portugueses para portugueses, ao mesmo tempo em que “[provocava] uma escrita reativa que se reconhece nas literaturas nacionais que surgiram nos países africanos” (NOA, 2002, p. 22), estamos diante, pelo menos, ou de um sistema for-

⁶ O título da obra de Albuquerque e Motta (1998) chama a atenção. *História da Literatura em Moçambique* é uma proposição muito diversa à *História da Literatura Portuguesa*, de Oscar Lopes e António J. Saraiva (1949), e, apesar do título, não se aproxima da proposta daquela organizada por Afrânio Coutinho (*A Literatura no Brasil*, 1952). A sobreposição da categoria espaço à categoria de nacionalidade literária eliminaria problemas conceituais em torno do que se reivindica como identidade nacional – objeto permanente de disputas teóricas - e tornaria o trabalho historiográfico “mais abrangente e condizente com uma visão alargada do problema, sem as limitações ideológicas e fundamentalistas a que estamos habituados” (ALBUQUERQUE, MOTTA, 1998, p. 8).

mado pela tensão existente entre dois outros sistemas ou de um único sistema que sofreu mutações e que desgarrou de si parte considerável (ou não?) de seu passado.

Independentemente da conclusão a que se chegue, é evidente que parte desse sistema foi deixado de lado, ao menos a sua nomeação. Parte que se enraíza consideravelmente no discurso imperial, do qual faz parte, compondo a sua memória e, quando reconhecido, instabilizando os discursos homogeneizadores e homogeneizantes das identidades nacionais. Afinal, se Edward Saïd observara que a cultura imperial e, em decorrência, colonial, se expandira para todos os círculos da vida quotidiana dos habitantes do império, não importando onde se localizassem, seja na metrópole, seja nas fronteiras mais distantes – “todo o conjunto era atravessado e modificado pelo discurso imperial e o modificava, conseqüentemente” (SAID, 1995, p. 23) –, então o império, a incômoda memória do império, faz parte desse conjunto.

Em oportuna investigação posterior, Francisco Noa examinou exaustivamente a produção relativa à Moçambique, no que tange à sua crítica, especificamente, concluindo que:

[...] todas as interpretações que a literatura colonial despoletava acabavam por prolongar os seus intentos justificativos, ou, então, apesar de comungarem o espírito etnocêntrico dessa literatura, questionavam a sua legitimidade. Tanto o suporte legitimador como o sentido questionador da crítica em questão deslizavam para argumentos que confrontavam a dimensão estética da literatura colonial, por um lado, com a dimensão ética ou política, por outro (NOA, 2002, p. 381).

Na perspectiva ofertada pelos estudos pós-coloniais, quando se busca perceber o império como via de mão dupla, a fixação, na literatura cabo-verdiana, de *Chuva Brava*, de Manuel Lopes⁷, por exemplo, define não apenas a sua ambivalência, mas a necessidade por parte dos concursos oficiais do Estado Novo de encontrarem legitimação clara em obras que se expressassem pela particularidade cultural e regional de uma possessão colonial. Ou seja, mais do que a legitimação oficial conferida pela premiação, somos levados a ponderar que eram obras como aquela que conferiam legitimidade à premiação que, nessa altura, já se encontrava comprometida com uma perspectiva luso-tropicalista, que preponderou nos concursos a partir de 1954⁸. Porém, o problema não se restringe ao período em que o luso-tropicalismo

⁷ A obra foi vencedora, em 1956, do Concurso de Literatura Ultramarina, Prémio Fernão Mendes Pinto, promovido pela Agência Geral do Ultramar (AGU).

⁸ Ademais, sabendo nós que depois da visita de Gilberto Freyre a Portugal e às colónias portuguesas (entre Agosto de 1951 e Fevereiro de 1952) e da publicação de *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (2010b [1953]), o Estado Novo começara a disseminar uma versão simplificada e nacionalista do luso-tropicalismo, o que é evidente nas posições tomadas na ONU; na publicação de *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1958) pela Junta de Investigações do Ultramar e distribuição desta obra pelas representações diplomáticas; assim como *O Luso e o Trópico* (2010a [1961]), publicado pela comissão do V Centenário do Infante D. Henrique, com tradução em francês e in-

se instalara como política do Estado colonial português pois antes, ainda no chamado período do “colonialismo triunfante” (NETO, 2000), que se situa entre 1920 e 1960, as duas premiações de Castro Soromenho são dignas de questionamento, mesmo com a então atenta vigilância da Direção dos Serviços de Censura.

A vasta produção da literatura colonial portuguesa, com todos os seus matizes (desde as obras mais comprometidas com o estado colonial até aquelas que foram requeridas pelas literaturas nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), como sistema, ainda adormece a espera de investida crítica vigorosa que lhe descreva o funcionamento e as forças que sobre ela atuaram e que a constituíram em um campo de batalha abandonado por aqueles que nele se enfrentaram. A sua reinstalação na produção cultural de Língua Portuguesa é uma provocação necessária e urgente para as diretrizes que orientam as adiadas histórias literárias das nações que compuseram, como colônias, o império português no século XX.

Referências

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura, história e política*. São Paulo: 1989.
- ALBUQUERQUE, Orlando; MOTA, José F.. *História da Literatura em Moçambique*. Braga: APPADCM, 1998.
- AUGEL, Moema. P. *O Desafio do Escombros: Nação, Identidades e Pós-Colonialismo na Literatura de Guiné Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BAKTHIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira* (6ª ed.). Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo: FBLP, 1999.
- COSTA LIMA, Luís. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- EVEN-ZOHAR, Ithamar. *Polisistemas de cultura (un libro provisorio electrónico)*. Tel-Aviv: Laboratorio de Investigación de la Cultura, 2017. Disponível em https://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf. Acesso em 08 Nov 2019.
- FERREIRA, Manuel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Icalp, 1975.

glês; no preâmbulo do decreto que criou as Juntas Provinciais de Povoamento (de 6 de Setembro de 1961); em discursos do então ministro do Ultramar, Adriano Moreira (1961); nas entrevistas de Salazar à imprensa estrangeira no início dos anos 1960; entre outras evidências da viragem estratégica do colonialismo português.

- FRANCHETTI, Paulo. História literária: um gênero em crise. *Semear*, n. 7, p. 247-264, 2002. Disponível em <https://perma.cc/5KBF-2UJS>. Acesso em 06 Nov 2019.
- FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico* (22ª ed.). São Paulo: É realizações, 2010a.
- FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas* (22ª ed.). São Paulo: É realizações, 2010b.
- GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos J. Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil: Ensaio Preliminar. *Nitheroy. Revista Brasiliense* (Paris), t. 1, n. 1, 1836. Disponível em <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=28306>. Acesso em 12 Nov 2019.
- JAUSS, Hans R. *A História da Literatura como provocação à Teoria da Literatura*. São Paulo: Ática, 1994.
- KANDJIMBO, Luís. *Alumbu, Enigmas sobre Angolanidade e o Cânone Literário Angolano*. Luanda: Mayamba, 2019.
- MATA, Inocência. *Emergência e Existência de uma Literatura: o caso santomense*. Lisboa: Colibri, 1993.
- MATA, Inocência. A prosa de ficção são-tomense: a presença obsidiante do colonial. *Revista de Filología Románica*, v. 18, n. 2, p. 207-244, 2001., Disponível em <https://revistas.ucm.es/index.php/RFRM/issue/view/RFRM010122>. Acesso em 12 Dez 2018
- MORAES, Anita M. R. (2010). Notas sobre o conceito de “sistema literário” de Antônio Candido nos estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. *Itinerários* (Unesp, Araraquara), n. 30, p. 321-340, 2010. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2996>. Acesso em 07 Nov de 2019.
- NETO, Maria C. Angola no século XX (até 1974). Em V. Alexandre, *O império africano: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, 2000. p. 175-195.
- NOA, Francisco. Literatura colonial em Moçambique: o paradigma submerso. *Via Atlântica*, n. 3, 58-69, 1999. <https://doi.org/10.11606/va.voi3.49007>
- NOA, Francisco. *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho, 2002.
- OLINTO, Heidrun K. *Histórias da Literatura: caminhos e conflitos*. Feira de Santana: Légua & Meia, 2002.
- OLIVEIRA FERNANDES, Mário A. A Formação da Literatura Angolana (1851- 1950). *Icalp*, n. 10, p.51-79, dez, 2010.
- PIRES LARANJEIRA, José L. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- PORTUGAL. *Integração Portuguesa nos Trópicos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

SAÏD, Edward. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto. *Bosquejo da História da poesia brasileira (1841)*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

TORRES FEIJÓ, Elias. J. A questão africana na historiografia literária portuguesa e a sua confiabilidade: o caso da História da Literatura Portuguesa de António J. Saraiva e Óscar Lopes. *Guavira Letras*, n. 18, p. 73-105, 2014. Disponível em <http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/19>. Acesso em 01 Dez 2019.

TYNIANOV, Iuri. Da evolução literária. EIKHEMBAUM, Boris. *Teoria da Literatura: Formalistas Russos*. Porto Alegre: Globo, 1979. p. 105-118.

Recebido em 8 de novembro de 2021.

Aprovado em 31 de março de 2022.

Resumo/Abstract

Um campo de batalha abandonado: a incômoda memória da literatura colonial portuguesa

Inocência Mata e Mário César Lugarinho

O artigo propõe discussão a respeito da formulação de histórias das literaturas africanas de língua portuguesa, tendo em vista a sobreposição temporal e cronológica com a literatura colonial portuguesa. Além disso, destaca obras e autores que são requeridos pelos sistemas literários nacionais africanos e a literatura colonial portuguesa, para tanto, recorre à proposta da teoria do polissistema de Itamar Even-Zohar que oferece subsídios a perspectivas pós-coloniais.

Palavras-chave: História Literária, Sistema Literário, Literatura Colonial Portuguesa, Colonialismo, Pós-Colonialismo.

An abandoned battlefield: the uncomfortable memory of Portuguese colonial literature

Inocência Mata e Mário César Lugarinho

The article proposes discussion on the formulation of histories of African Lusophone literature, in view of the temporal and chronological overlap with Portuguese colonial literature. In addition, the article highlights the works and authors required by the African national literary systems and Portuguese colonial literature. To achieve this, Itamar Even-Zohar's polysystem theory is used to offer support to postcolonial perspectives.

Keywords: História Literária, Sistema Literário, Literatura Colonial Portuguesa, Colonialismo, Pós-Colonialismo.